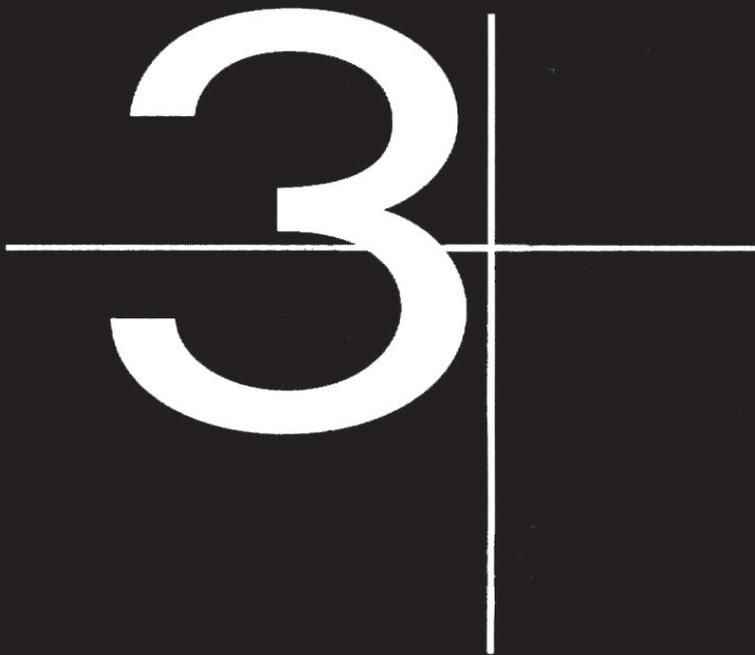
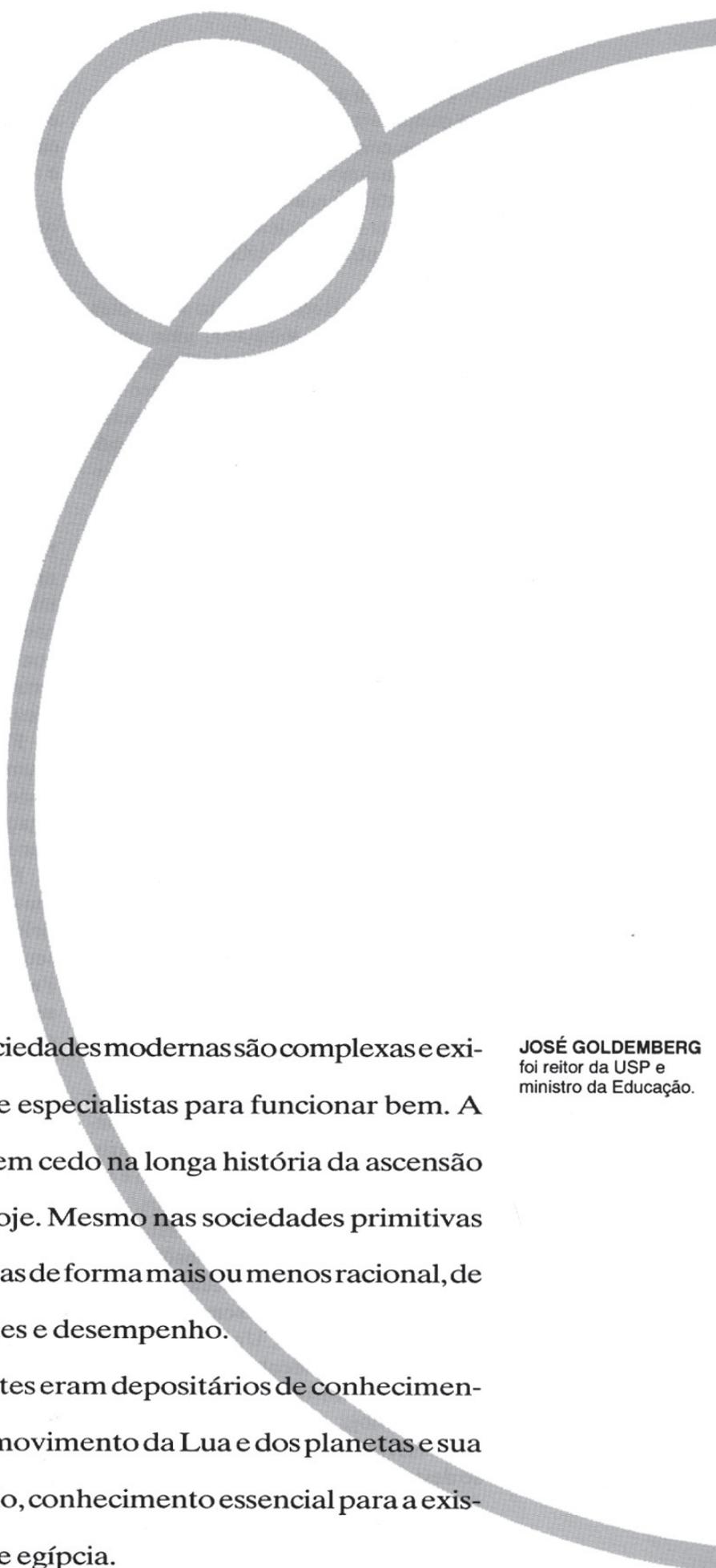


JOSÉ GOLDEMBERG

# A academia e o mundo real





**S**ociedades modernas são complexas e exigem um grande número de especialistas para funcionar bem. A

especialização começou bem cedo na longa história da ascensão do homem primitivo até hoje. Mesmo nas sociedades primitivas certas funções eram divididas de forma mais ou menos racional, de acordo com suas habilidades e desempenho.

No antigo Egito os sacerdotes eram depositários de conhecimentos especializados sobre o movimento da Lua e dos planetas e sua influência nas cheias do Nilo, conhecimento essencial para a existência da própria sociedade egípcia.

**JOSÉ GOLDEMBERG**  
foi reitor da USP e  
ministro da Educação.

Na Grécia antiga os poetas e os artistas ocuparam um papel destacado e os filósofos, como Platão e Aristóteles, não só formularam visões completas sobre a estrutura da sociedade como também criaram escolas ou academias em que estes conhecimentos eram elaborados e transmitidos.

A partir do Renascimento até os dias de hoje existe, a meu ver, uma certa supervalorização dessas atividades porque tanto na Grécia antiga quanto em Roma foram os generais como Alexandre e César que deram forma aos impérios da Antigüidade e sua estrutura política. É bem verdade que antes de Cristo, na Alexandria, foi estabelecida a maior biblioteca da Antigüidade, mas este fato em si não indica que o conhecimento científico e filosófico tenha tido grande influência na época.

Os romanos, que dominaram o mundo civilizado durante quase mil anos, nunca se caracterizaram como grandes cultores da ciência e da tecnologia (exceto arquitetura), o que provavelmente se explica pelo fato de não terem necessidade delas numa sociedade baseada essencialmente na exploração do trabalho escravo e nas conquistas militares.

Foi só no fim da Idade Média que artesãos talentosos começaram a desempenhar um papel importante na economia e na sociedade, e a transmissão de seus conhecimentos passou a ser um problema. Daí até a criação de ligas, corporações e escolas foi um passo que finalmente se concretizou pelo estabelecimento de Universidades em Paris, Bologna e outros centros de ensino e reflexão há mais de oitocentos anos.

Foi nessas escolas que se refinaram também as grandes idéias filosóficas da época, e foram elas que atuaram como centros de irradiação. Exemplo disso é o que ocorreu com a Universidade de Wittenburg, no século XVI, berço do protestantismo ou das universidades islâmicas hoje.

O forte conteúdo teológico e religioso destas velhas universidades foi porém diminuído com o tempo. A importância crescente dos conhecimentos técnicos deu origem às universidades como as que

temos hoje, onde coexistem humanistas e tecnologistas, além de professores encarregados de transmitir conhecimentos e aqueles que criam conhecimentos.

A expansão dos impérios europeus que resegiu à era das descobertas dos séculos XVI a XIX, o mercantilismo e a revolução industrial foram exigindo cada vez mais especialistas. Daí a necessidade de escolas que os educassem da mesma forma que as academias militares de Napoleão (e outros) que formavam o corpo de oficiais e engenheiros necessários às suas guerras.

A Escola Politécnica de Paris é o melhor exemplo dessa atividade: criada pela Convenção mas implantada por Napoleão, não só formou os melhores militares da França (junto com a Academia Militar em St. Cyr) como também sua elite civil dirigente. Além disso, abrigou grandes matemáticos e outros cientistas que desenvolveram a ciência do século XX.

Foi porém no século XIX que Humboldt, em Berlim, deu à universidade o caráter claro de centro de investigação além da tarefa fundamental de ensinar e transmitir conhecimentos.

É neste modelo que se inspiram as universidades brasileiras e não no modelo da Universidade de Coimbra, com seu bacharelismo, nem na Sorbonne em Paris, que foi sempre primordialmente uma universidade dominada pela área de humanidades, uma vez que as escolas de Engenharia, Minas e outras foram estabelecidas fora dela.

A consequência mais óbvia do modelo de organização das universidades brasileiras é que coexistem dentro delas filósofos e cientistas mais contemplativos interessados em pesquisa e aqueles interessados em desenvolver e transmitir conhecimentos técnicos. Isto é particularmente verdadeiro na Universidade de São Paulo onde ambos os grupos são muito significativos.

Coexistência implica tolerância e respeito e não se pode aceitar a visão de que alguns grupos são melhores e superiores que os outros, o que lamentavelmente ocorre de quando em quando.

Por exemplo, é popular, entre os grupos de ciências exatas como Matemática

e Física, e outros na área de humanidades como Filosofia, a idéia de que a universidade se conspurca quando professores de Engenharia, Medicina e outras áreas aplicadas exercem atividades de consultoria no setor produtivo, o que não eram autorizados a fazer no Regime de Dedicção Exclusiva. Esta situação chegou a ficar tão séria no passado que o Conselho Universitário só aprovou com grande resistência a proposta que fiz como reitor para permitir que professores de tempo integral dessem consultoria externa, um dia por semana, o que é a regra em universidades americanas.

A visão estritamente acadêmica da universidade, tão cara aos professores da área básica, tem várias origens, uma das quais é nobre mas equivocada: de que a ciência é pura, não pode estar a serviço do sistema produtivo e que no fundo a universidade deve atuar como uma consciência crítica das mazelas do sistema. A outra visão é menos nobre e tem a ver com a remuneração. Nos institutos básicos não há diferenças salariais entre professores do mesmo nível, e consultorias externas quebrariam este princípio.

O princípio da isonomia salarial acabou, porém, se transformando numa camisa de força que uns impõe aos outros para garantir vantagens corporativas. Este conceito é um produto típico duma mentalidade egalitária e estatizante que só pode vigorar em instituições isoladas da sociedade em que a realidade é outra. Nesta realidade existe competitividade e os mais aptos são mais bem sucedidos, o que significa freqüentemente melhores salários. Esta é a maneira pela qual a maioria das universidades é organizada no mundo inteiro.

Na ausência destes mecanismos reguladores naturais cria-se um artificialismo dentro da universidade que lembra o que ocorre em certas empresas estatais em que, no fundo, se transformaram as universidades públicas federais sob Regime Jurídico Unico adotado na administração federal. O resultado mais óbvio desse regime é que os professores com baixa qualificação acadêmica recebem salários que se aproximam daqueles com melhor qualificação.

A Universidade de São Paulo tem tentado se manter fora desses esquemas egalitários com uma carreira que privilegia a maior titulação e o regime de trabalho, ao mesmo tempo que permite consultorias externas que só beneficiam a própria universidade abrindo “janelas” da universidade para o mundo exterior. Este tem se revelado um mecanismo adequado para evitar que o academicismo domine a universidade isolando-a do mundo real.

Universidades públicas no Brasil representam gastos de cerca de 1,5% do Produto Nacional Bruto, isto é, cerca de 30% de tudo que se gasta com educação no país, o que representa um pesado custo à sociedade. É de se esperar, portanto, que estas universidades retornem à sociedade, pelo menos em parte, o que a sociedade investe nelas.

Este retorno ocorre sob diversas formas das quais as principais são:

- a formação de recursos humanos nas áreas profissionais (engenheiros, médicos, advogados, etc.);
- a formação de novos professores;
- a realização de pesquisas e a formação de novos pesquisadores que passam a resolver problemas da sociedade e do sistema produtivo, além de fazer avançar as fronteiras do conhecimento.

É difícil esperar que todas as universidades alcancem todos estes objetivos ao mesmo tempo e justamente o artificialismo que se criou no sistema universitário público tem muito a ver com a expectativa de que todas sejam capazes de fazê-lo. Daí a proposta realista feita há alguns anos para que sejam criadas instituições de ensino superior voltadas para apenas alguns dos objetivos acima, como ensino e formação profissional. De novo aqui, o exemplo do que ocorre em outros países é válido porque não se pretende neles que todas as escolas de ensino superior (ou universidades) sejam do mesmo nível.

Estes são alguns dos desafios que as universidades brasileiras enfrentam para evitar que se transformem em “academias” distantes do mundo real.